



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 08 de agosto de 2012, às dez horas, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)**, **Eunício Oliveira (PMDB-CE)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Benedito de Lira (PP-AL)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)**, **Magno Malta (PR-ES)**, **Armando Monteiro (PTB-PE)**, **Marta Suplicy (PT-SP)**, **José Pimentel (PT-CE)**, **Ana Rita (PT-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e **Eduardo Amorim (PSC-SE)**. Deixou de comparecer o Senador: **Clóvis Fecury (DEM-MA)**. Na Reunião foi eleito Presidente o Senador Eunício Oliveira e Vice-Presidente o Senador Jorge Viana, sendo designado Relator o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal brasileiro.

Esclareço que a presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e do vice-presidente da Comissão. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. *(Pausa.)*

Comunico aos Srs. Senadores que chegou a esta Comissão um ofício do Senador Renan Calheiros, líder do PMDB:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a a indicação do Senador Eunício Oliveira para Presidente da Comissão Temporária prevista no art. 374 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236/2012, que institui a Reforma do Código Penal Brasileiro.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Então nós já temos o candidato a Presidente.

Gostaria de saber das lideranças políticas – partidárias, melhor dizendo – quem é que vai ocupar a posição de Vice-Presidente, porque não é uma votação isolada. Vota-se logo para Presidente e Vice-Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, na iminência da instalação da Comissão, eu coloco o meu nome. *(Pausa.)*

É bom que nós estejamos instalando uma comissão, porque é um negócio muito rápido: se tem acordo, esse acordo já deveria ter vindo para cá com nome e com tudo. Estamos instalando uma comissão que já começa... Você já ia sair... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nada impede que o nosso colega Magno Malta se lance candidato. Logicamente que o PMDB...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já tirei. Já voltou.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, eu quero agradecer a V. Ex^a.

Eu tenho uma informação de que o Bloco da maioria, o bloco constituído de PT... *(Pausa.)*

Srs. Senadores, conhecido o nome do candidato a Presidente, para Vice-Presidente, o bloco constituído por PDT, PSB, PCdoB, PRB e PT faz a indicação do nome do Senador, excelente homem do Acre, homem que representa toda a Região Norte do Brasil, do nosso querido Jorge Viana.

Tendo, como já disse, número regimental, as cédulas...

Cadê as cédulas? *(Pausa.)*

Srs. Senadores, considerando que não houve até agora nenhuma manifestação contrária, eu pergunto a V. Ex^{as}: poderemos fazer a eleição por aclamação do Presidente e do Vice-Presidente?

Então por aclamação. *(Palmas.)*

Eleitos os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana respectivamente Presidente e Vice-Presidente da comissão temporária que analisará o Projeto de Lei 236, de 2012.

Eu queria, antes de convocar o Presidente e o Vice para tomar assento à mesa, cumprimentar o Senador Pedro Taques pela ideia, pela iniciativa de propor ao Presidente do Senado Federal a composição de uma comissão de juristas para fazer a adequação do Código Penal brasileiro, que, apesar de todos os avanços que tivemos nestes últimos 82 anos,...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Setenta e dois anos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aliás, 72 – muito obrigado, nobre Senador –, o Código Penal brasileiro não acompanhou realmente as modificações, as alterações constantes quer na Constituição e em leis complementares, em leis adjetivas. Pois bem, mais de 200 leis. Isso, realmente, estabelece uma dificuldade enorme para quem exercita o Direito Penal.

O Presidente imediatamente acolheu a proposta do Senador Taques, compôs a comissão e essa comissão entrega ao Senado o anteprojeto que será analisado por esta comissão especial.

Tenho certeza absoluta de que daqui sairá um código absolutamente atualizado, tudo concentrado num único – numa linguagem mais clara – livro para que não precisemos, no momento de fazer as consultas, buscar “n” leis.

Por isso, Senador Pedro Taques, quero cumprimentar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os Senadores e o Presidente do Senado Federal.

Dando continuidade, convido S. Ex^{as} os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para tomar seus lugares, e agradeço ao eminente Senador Magno Malta pela ajuda que deu a esta Presidência.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sr^{as} Senadoras, Senador Benedito de Lira, que presidiu até agora esta reunião; meu querido companheiro Senador Pedro Taques, que originou do seu requerimento a criação de uma comissão extra Congresso, uma comissão especial extra Congresso para debater esse assunto; meu companheiro Senador Valadares, que tão bem preside o Conselho de Ética desta Casa; meu querido companheiro Aloysio Nunes:

Quero dizer aos senhores que, hoje, ao instalarmos esta Comissão, acredito que damos início a uma das mais relevantes e urgentes tarefas da nossa histórica jurídica contemporânea.

Ao cumprimentar aqui o nosso companheiro eleito Vice-Presidente, indicado pelo Bloco do Partido dos Trabalhadores e demais Partidos que o compõe, meu querido companheiro Jorge Viana, e o nosso Secretário Executivo, Magno Malta, que secretariou aqui os trabalhos, quero também dizer que esta tarefa não será uma tarefa fácil.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus companheiros, Senadores; ao meu Partido PMDB; ao Presidente Sarney, que também fez a indicação do nosso nome, pela confiança da indicação para a Presidência deste Colegiado, que contará com a preciosa colaboração, sabedoria e espírito público do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Armando Monteiro; Senador Benedito de Lira; Senador Clovis Fecury; Senador Jorge Viana, que será o nosso Vice-Presidente; Senador Pedro Taques que, como já disse, foi o autor do requerimento que criou a comissão especial extra Congresso; Senador Eduardo Amorim; Senador Gim Argello; Senador Jayme Campos; Senador José Pimentel; Senador Luiz Henrique; Senador Sérgio Souza; e Senador Vital do Rêgo, Corregedor desta Casa e Presidente da CPI; e da Senadora Ana Rita; e da nossa Vice-Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senadora Marta Suplicy. Aos quais agradeço antecipadamente pela escolha.

Reconheço, mais uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cuidado da Comissão formada por alguns dos nossos mais eminentes juristas, que, ao longo de sete meses, em 24 reuniões, analisaram e debateram seis mil sugestões encaminhadas por brasileiros de todos os recantos deste País. Presidida pelo Ministro Gilson Dipp e relatada pelo Procurador Luiz Carlos Gonçalves, contou com a participação de uma lista de juristas verdadeiramente estelares, a quem também quero aqui neste momento agradecer.

O desafio que agora nos cabe, Senador Jorge Viana, consiste em atualizar o Código Penal, aprovado em 1940, para um Brasil predominantemente rural, oligárquico, arcaico, aos princípios da Constituição de 1988 e às necessidades de um País urbano, democrático, moderno, globalizado, plural, em pleno Século XXI.

Sem antecipar valores sobre alguns pontos polêmicos, quero apenas sublinhar que o projeto tem mais de 500 artigos, em comparação com os atuais 356 artigos vigentes em todo o Código Penal Brasileiro, que, em razão de inúmeras alterações nos últimos 70 anos, ou mais de 70 anos, transformou-se em verdadeira colcha de retalhos, que o tempo, a vida e a histórica na sua dinâmica implacável tornaram obsoleto, Senador Aloysio.

Orgulho-me de vir de um Estado, meu querido Ceará, que sempre enriqueceu o Direito brasileiro com juristas do mais elevado quilate, desde Clóvis Bevilacqua a Paulo Bonavides, Aderbal Freire, Álvaro Ribeiro Costa, Andrade Furtado, Antônio Martins Filho, Dolor Barreira, Heribaldo Dias, Lincol Moura de Matos, Magdaleno Girão e César Asfor Rocha.

Obviamente, não é este o meu caso. Por isso, entendo a missão que agora assumo, como a de um facilitador, a de um organizador dos trabalhos dos meus Ilustres e das minhas Ilustres colegas, a exemplo do papel que tenho procurado fazer como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nesse período em que tive a honra de presidi-la.

Entendo também que a legitimidade outorgada a nós, Senadores, eleitos pelo povo, representantes dele e dos nossos Estados, capacita-nos a alcançar o necessário equilíbrio entre a excelência doutrinária do que nos foi entregue pela comissão e o sentimento da opinião pública, que nos cabe



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

representar. Hoje, infelizmente, esse sentimento reflete a insegurança de uma cidadania amedrontada e em defesa, diante da escalada da criminalidade, da violência e, muitas vezes, Senador Cícero Lucena, da impunidade.

Com fé, esperança e entusiasmo, vamos atender ao chamado, que, na verdade, é um grito de socorro da sociedade brasileira por segurança, por tranquilidade, por convivência civilizada e pelo império da lei, base indispensável do respeito aos direitos humanos.

Mais uma vez, eu me sinto profundamente grato e honrado pela escolha, inclusive nesta manhã, por aclamação, pelos Srs. Senadores, ilustres juristas, Aloysio Nunes, que foi Ministro da Justiça e faz um brilhante trabalho nesta Casa, e Pedro Taques, brilhante Procurador da República, que faz um brilhante trabalho nesta Casa; pela nossa Senadora Marta Suplicy, que desempenha um papel extremamente importante e honra cada voto que recebeu, não apenas nesta última eleição, mas em todas as eleições dadas pelo povo de São Paulo; pelo meu ilustre companheiro e amigo, Senador Armando Monteiro, sempre muito quieto, muito calmo, muito tranquilo, mas extremamente objetivo e competente naquilo que faz nesta Casa; pelo nosso Presidente Valadares, sempre atento, sempre vigilante e sempre muito presente em todos os atos desta Comissão; pelo nosso companheiro Magno Malta, em defesa intransigente daquilo que ele acredita que seja o melhor para a sociedade brasileira; pelo meu querido ex-Governador e agora Vice-Presidente também desta Comissão, que fez um belíssimo trabalho no Código Florestal, o meu querido amigo Jorge Viana; pelo nosso querido decano aqui, que presidiu esta Comissão, o meu agradecimento ao Senador Benedito de Lira, também um Senador dedicado das Alagoas; pelo meu querido companheiro Vital do Rêgo, a quem reverencio em todos os atos partidários, o meu respeito. Aos senhores e às senhoras, o meu agradecimento.

Aos que vão nos auxiliar nessa caminhada, aos senhores e a mim próprio, peço a Deus que nos ilumine, para que a sociedade brasileira receba esse instrumento, que é o instrumento do relacionamento entre toda a sociedade, da sua própria convivência, da sua harmonia, que é o nosso desejo.

Muito obrigado.

Algum dos senhores quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

O Senador Jorge Viana, que é o nosso Vice-Presidente, deseja fazer uso da palavra. V. Ex^a tem a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria parabenizar o Senador Eunício, e agradecer o privilégio de estar na condição de Vice-Presidente desta Comissão. Não posso deixar de agradecer e cumprimentar a ação do Senador Pedro Taques – como eu, também recém-chegado a esta Casa – que, trazendo a realidade para cá, propôs que fosse criada uma comissão



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

especial, que foi tão bem conduzida pelo Ministro Gilson Dipp. Hoje há o desdobramento desse trabalho: a instalação desta comissão temporária.

Parabéns, Senador. Em pouco tempo, V. Ex^a ampliou o respeito que o Brasil tinha por V. Ex^a.

Eu queria dizer também que lidar com esse tema é de muita responsabilidade. Nós temos aqui pessoas que atuam. Não posso deixar de registrar a Vice-Presidente desta Casa, Senadora Marta, que tem uma vida dedicada. Não posso deixar de falar aqui também do Senador Magno, que também dedica a sua vida àquilo que acredita.

Quero também fazer uma referencia especial a todos, Senador Benedito de Lira, Senador Vital do Rêgo, Senador Valadares, Senador Monteiro e, por ultimo, o Ministro, Senador Aloysio, que certamente tem uma contribuição extraordinária a dar pela vida toda, pela função de Ministro que desempenhou no Governo do Presidente Fernando Henrique e pela ação que desempenha aqui nesta Casa.

A minha contribuição eu já estava dando independentemente de estar até mesmo na Comissão, porque esse é um tema que está presente na vida dos brasileiros. Em qualquer pesquisa que se faça, em qualquer conversa que se tenha, estes são os três mais importantes temas do Brasil, hoje: a imunidade, a criminalidade, a violência. Isso está presente no noticiário e na vida de todos. E há um desafio para os legisladores. Impunidade tem muito a ver certamente com se as leis estão sendo ou não eficientes.

Gostaria de dizer que também trago, pelo menos é minha intenção, uma vivência que tive no Acre. Com ajuda de instituições, com o Ministério Público, com a Justiça, o próprio governo, na época, o Governo do Presidente Fernando Henrique, nós lidávamos com esses temas no Acre.

O Acre era o Estado mais violento do País. Tinha, no final dos anos 80, começo dos anos 90, números que nos envergonhavam a todos. Mais de 50 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso restrito à capital, ao entorno de Rio Branco, não ao Estado todo. E isso decorria, certamente, da presença do crime organizado, do esquadrão da morte. O Estado do Acre, hoje, é o Estado menos violento da Região Norte do País, com 19 assassinatos para cada grupo de 100 mil, bem abaixo da média nacional, que é 26, e, certamente, abaixo do Norte e do Nordeste. Foi uma luta muito grande. O Senador Magno Malta esteve algumas vezes, e eu me referi ao trabalho de V. Ex^a nos ajudando a fazer esse desmonte lá, e hoje o destino nos colocou aqui, liderados pelo Senador Eunício, a conduzir um trabalho nesta Comissão.

Só queria dizer que a vivência nossa no Acre deu certo. As políticas, o encontro com a sociedade, com a lei deu certo. Certamente, o Acre hoje quer reduzir mais ainda esses indicadores de violência. Nós identificamos sérios problemas na legislação. É uma legislação que precisa ser atualizada. Ela



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

é de 1940. A sociedade mudou, o Brasil mudou, o mundo mudou, e, certamente, uma legislação que precisa de reforma, de alteração é o Código Penal Brasileiro. Essa tarefa cabe aos legisladores, mas penso que uma das tarefas desta Comissão é estabelecer um diálogo direto com a sociedade, com os aplicadores da lei, com os operadores da lei. Tive o privilégio de fazer dois seminários no Acre, no recesso: em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul. Foi impressionante a participação da sociedade, dos movimentos sociais, de promotores, de juizes, de religiosos, enfim, todos querendo dar a sua contribuição para o aperfeiçoamento de uma das mais importantes leis do Brasil, que é o Código Penal.

Muito obrigado, Presidente. Conte comigo como um auxiliar inteiramente comprometido com essa causa, que é uma causa da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Pede a palavra o Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero parabenizar pela eleição. Vejo que esta Comissão não poderia estar em melhores mãos do que V. Ex^a. Tenho certeza de que nós conduziremos este trabalho como a sociedade brasileira deseja.

Esta Comissão fez um esboço, um anteprojeto de um código em oito meses. Fez uma lipoaspiração na legislação material penal do Brasil. Nós temos mais de 1.200 tipos penais, mais de 1.200 crimes, em 120 leis especiais ou leis extravagantes. Isso mostra um cipoal de leis e crimes que traz a insegurança para o cidadão. A Comissão conseguiu reunir isso em quinhentos e poucos artigos, como o Presidente Eunício fez referência. A sociedade brasileira aguarda, espera é que nos possamos votar este Código ao menos aqui no Senado da República, ainda este ano, Sr. Presidente. É difícil? É muito difícil.

Uma lei, como nós todos sabemos, ela precisa ouvir o cidadão, o destinatário da norma, o titular do Poder, e é bom que assim seja. Temos que realizar audiências, defendendo isso, para que cidadão, entidades, associações, sindicatos, partidos, igrejas possam ser ouvidos. Isso eu defendo. Agora, não podemos perder o momento histórico que vivemos e algo que é metafísico, a chamada vontade política. É quase que esotérica essa coisa chamada vontade política de aprovarmos esse Código neste ano.

Temos temas que suscitam debates na sociedade, e é bom que assim seja. Não poderemos ter receio, medo de debater todos os temas, ouvindo o cidadão. Agora, a minha preocupação, quero expressar aqui, é que, desde logo, não podemos ficar neste cipoal de temas polêmicos. Muitos temas que se encontram no Código estão aguardando uma normatização há muito tempo: é o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

caso de enriquecimento ilícito, é o caso do terrorismo, é o caso de crimes praticados via rede mundial de computadores, é o caso dos crimes financeiros, que é uma lei de 1986, feita por economistas e com prazo de seis meses, mas está até hoje vigorando.

Portanto, estou muito animado com a Comissão, um otimismo, mas um otimismo realista, mas trago esta preocupação: não podemos nos perder em debates que não têm fundamento. Temos que debater, ouvir o cidadão, porque não há como se falar em uma lei sem que o titular seja ouvido, que é o povo. Precisamos fazer isso, mas precisamos também votar e resolver a situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MARTA SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Senadora Marta Suplicy, já vou dar a palavra a V. Ex^a e ao Senador Magno Malta, mas, antes, eu queria só, alertado pelo Senador Pedro Taques nessa questão de prazo, dizer que, pelo Regimento, desde o dia da publicação, teríamos vinte dias úteis para apresentação de emendas. Este prazo foi publicado dia 10 de julho, mas, com o recesso, contaria agora. O Regimento, no seu art. 374, permite que esta Comissão Especial possa, inclusive, até quadruplicar os prazos, desde que aprovados pelos Srs. membros, para que a apresentação de emendas e dos relatórios possa ter sequência. Se são 20 dias úteis, podemos prorrogar por mais 20, por mais 40, por mais 60 e até por mais 80 dias a apresentação de emendas pelos Srs. Senadores.

Consulto os Srs. Senadores...

Pede a palavra o Senador Aloysio. Acho que é sobre o tema, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sobre este tema exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... para ver que prazo, até porque estamos instalando esta Comissão num período eleitoral, mas isso não impede que possamos, mesmo neste período, fazer algumas audiências de comum acordo, porque o Congresso, embora não seja deliberativo, vai estar aberto, vai estar em funcionamento, para que possamos agilizar.

Quero deixar aqui para o Senador Pedro Taques que a sua preocupação também é a nossa preocupação de agilizarmos e de entregarmos este Código Penal o mais rapidamente possível à sociedade brasileira, porque, como disse, há uma angústia nessa questão da insegurança pública e precisamos dar uma resposta, e a sociedade espera essa resposta de todos nós.

Senador Aloysio, V. Ex^a pediu a palavra em relação a esta matéria que estamos discutindo. Com a permissão da Senadora Marta Suplicy e do



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Senador Magno Malta, já dou a palavra. Só quero definir que essa é a única deliberação que vamos fazer nesta manhã aqui.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se examinarmos aqui o artigo que trata da tramitação de projeto de código, o art. 374 do Regimento Interno, somados todos os prazos, se se admitir que os prazos começam a fluir no dia em que foi publicado o projeto no *Diário do Senado*, ou seja, no mês de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dez de julho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dez de julho. Esses prazos se esgotariam no dia 4 de outubro, se somarmos todos esses prazos. Fiz a conta aqui com a ajuda preciosa da Assessoria. O prazo seria 4 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, são vinte dias a partir da publicação. Como tivemos Congresso até o dia 17, você tem 10 dias. E hoje, dia 8, com 10, 18 dias, nós tivemos mais dois dias teoricamente para emendas.

Então, os prazos são de 20 dias para emenda, a partir da publicação; 10 dias úteis para o relator geral e para os subrelatores; e 5 dias para o relator geral. Quer dizer, os prazos são extremamente pequenos do ponto de vista. Nós podemos fazer essa prorrogação, mas não precisamos utilizá-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por isso eu gostaria de propor a V. Exa. o seguinte: prorrogarmos os prazos para apresentação de emendas, tendo como termo inicial desse prazo de 20 dias a data de hoje, que é a data em que se instala efetivamente a comissão. Por isso nós descontaríamos o tempo que transcorreu durante o recesso e durante esses dias em que trabalhamos sem que a comissão tivesse sido instalada. E aí começaríamos a contar esse prazo de 20 dias a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, só para esclarecimento, para ser preciso no Regimento, e essa é a nossa condição aqui, o Regimento diz que é a partir da publicação, mas permite a prorrogação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estou propondo que nós prorroguemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por 40 dias, porque tem que ser retroativo a 10 de julho, que é a publicação. Como é 10 de julho, já se passaram quase 20 dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então recupera esse tempo de 28 dias e prorroga por esse tempo. O prazo começa



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

a fluir a partir de hoje, descontando esse tempo que transcorreu entre a publicação e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É só para ficar dentro do Regimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Começa a correr hoje o prazo para apresentação de emendas. E aí nós teremos matéria-prima suficiente, imagino eu, Sr. Presidente, para apresentação de emendas nesta fase e também com a possibilidade de virem a ser apresentadas emendas pelo relator geral e mesmo pelos relatores parciais, se forem designados relatores parciais. Mas esse prazo para apresentação de emendas pelo conjunto da Casa começaria a fluir a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Descontados os 28 dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então vamos fazer o número redondo de 50 dias, que vai dar exatamente no final do mês em relação à semana que vamos ter de esforço concentrado aqui no Congresso Nacional.

Vou pedir à Secretaria da Mesa que distribua a todos os Senadores, já está na Internet, mas distribua o processo físico para que cada um tome conhecimento e se dê divulgação na Casa para que todos os Senadores que desejarem apresentar emendas, fazendo parte ou não da comissão, possam apresentar as suas emendas a essa matéria importante.

Consulto os Srs. Senadores se ficamos no prazo contado retroativo da publicação de 50 dias.

Estão todos de acordo?

Faremos uma prorrogação depois, se for necessário.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o prazo para que possamos ajustar dentro do Regimento os prazos adequados para apresentação de emendas, ficando a assessoria encarregada desta tarefa.

Senador Magno Malta, V. Exa. tem a palavra. Em seguida, Senadora Marta Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Eunício, quero parabenizar V. Exa. por assumir a presidência desta Comissão tão especial e tão importante para o Brasil.

Saúdo também o Senador Jorge Viana, os demais Senadores, o Senador Benedito de Lira, meu padrinho – o Aloysio falou a idade dele hoje para mim, eu fiz um cálculo e acho que dá para ser meu padrinho –, e quero abraçá-lo



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

também e cumprimentá-lo pela condução da instalação da Comissão, Senadora Marta, Senador Pedro Taques, Senador Aloysio, Senador Valadares, nosso Senador Armando Monteiro, nosso sergipano querido...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Amorim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E o Senador Amorim – quem disse que eu esqueci o nome dele? Obrigado, Senador Valadares.

Penso que é de bom tom, Senador Eunício, na verdade, a prorrogação do prazo, porque acho que o tema é tão forte que não podemos decidir nada açodadamente aqui.

Estamos dentro de um processo eleitoral, e esse processo eleitoral vai nos impedir de fazermos o trabalho como vamos fazer, fora do processo eleitoral, por isso o prolongamento dos prazos. E acho que, em havendo necessidade, Senador Aloysio, nada nos impede que o façamos novamente, porque o tema é duro, é difícil, e aqui, reiterando a palavra do Senador Pedro Taques, e, quem sabe, até melhorando, todos os temas são absolutamente polêmicos. Tudo que você trata no Código Penal tem gente a favor, tem gente contra. Precisamos saber onde o conjunto da maioria da sociedade tem os seus anseios, preservando e respeitando certamente as minorias, sem expô-las, mas precisamos saber onde está o conjunto da sociedade, na sua grande maioria, o seu grande anseio.

Na verdade, hoje, quando se faz pesquisa na sociedade, dois temas têm vêm à toa com muita força: segurança pública, a violência e saúde. Do contrário, não vamos resolver o problema da violência, porque se tornou cultural a questão da impunidade. Um policial hoje tem muito medo de fazer uma prisão, mesmo que desarticule uma quadrilha, porque ele sabe que amanhã vai estar na rua, e ele começa a correr risco com a família dele. Então, virou uma coisa cultural. Esse novo Código Penal, para que nós não esperemos mais setenta anos para ter uma comissão como esta – e parabéns ao Senador Pedro Taques pela iniciativa –, mais setenta anos para que nós tenhamos uma nova cultura de que cometendo crime no Brasil o sujeito vai ser punido.

Não é que o Código Penal vai mudar a situação do crime no Brasil, porque o que vai mudar é uma cultura preventiva, mas não precisamos esperar mais setenta anos. Por isso penso que temos temas polêmicos mesmo, e todos são, e nós temos de nos debruçar em cima de todos. Temos aí a redução da maioridade penal para nós nos debruçarmos. É um caso absolutamente grave. Acho que o advento das drogas, que é o adubo da violência neste País, tem nesse tema da maioridade penal o seu grande aliado. Nós temos de nos debruçar mesmo. Todos os temas são polêmicos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Penso que o prolongado prazo, nós temos tempo de trabalharmos essas emendas, propor as emendas e o tempo para discutirmos, para tomarmos posição em nome da sociedade brasileira... Bom seria que tivéssemos tempo para que esta Comissão pudesse, sim, debater com a sociedade civil, viajando este País. Não teremos esse tempo.

Então, é preciso que nos debrucemos mesmo aqui, até, se necessário for, abrindo mão de outras comissões de que fazemos parte, dada a importância desta para o País, para, depois, não encerrarmos como um fiasco, oferecendo ao País um fiasco. Precisamos oferecer ao País alguma coisa absolutamente contundente e em tempo hábil, responsável e que responda por alguns anseios da sociedade brasileira.

Por isso, estou muito satisfeito de ter tido o meu nome indicado para esta Comissão; coloco-me à disposição da mesma forma como me coloquei nas CPIs de que participei e produzi. Abro mão de tudo na Casa, de tudo para poder ficar dedicado, todo o meu tempo, para que tenhamos uma resposta importante. Acho que já está na hora dessas duas Casas, a nossa Casa aqui responder à sociedade com uma agenda positiva. Estamos vindo de uma agenda absolutamente negativa. Uma agenda positiva!

Eu presidi a CPI da Pedofilia aqui, uma agenda positiva para esta Casa, e está na hora de darmos outra agenda positiva à sociedade brasileira.

Eu quero ressaltar, Senador Jorge Viana, que na época da CPI do Narcotráfico, V. Ex^a era Governo e fez uma fala muito bem feita aqui. Ai, Senador Aloysio, os meus respeitos – porque quando tem que criticar eu não tenho problema em falar olhando e criticar –, e agradecimento ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, em sendo Jorge do PP, vivia sua dificuldade, com ameaça de morte com a família 24 horas por dia... Na primeira ida da CPI ao Acre, ficamos cinco dias no Acre, escavando cemitério clandestino de Hildebrando Pascoal, da quadrilha dele. Era um sujeito que, do ponto de vista do crime, era o dono do Estado, aterrorizava. E esse Governador, do PT, veio à Brasília em busca de ajuda, desesperado, e aí as instituições o socorreram, e o Presidente da República, que era do PSDB, foi presente. Em oito meses, Fernando Henrique fez, quero trazer isso à luz, um presídio de segurança no Acre, socorrendo o Acre, onde está toda a quadrilha do Hildebrando Pascoal.

É interessante que os caras hoje levam dois, três anos para fazer um presídio de segurança máxima, inauguram e os caras fogem. Aquele lá foi feito em oito meses. Deu dinheiro, Jorge fez o presídio – e, olha, quem está presa lá é a quadrilha de Hildebrando –, e ninguém fugiu de um presídio que foi feito em oito meses, presídio de segurança máxima,

Então eu quero aqui trazer à luz essa atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso naqueles dias, e, diga-se de passagem, um Governador do PT, mas, como o Jorge e o Tião lidaram sempre



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

responsavelmente com essa questão, o nosso Presidente naquela ocasião não foi sectário e irresponsável a ponto de não querer tomar uma atitude por ser ele do PT e construiu um presídio em oito meses. Deu dinheiro, o Jorge fez e lá está a quadrilha de Hildebrando presa até hoje, diga-se de passagem, até hoje, respondendo pelos crimes.

Temos jeito. A gente tem jeito de juntar e tomar atitude. Por isso, fico muito feliz de hoje V. Exa. representar aqui, nesta Comissão... O Jorge está aqui, eu estou aqui, nós, que conhecemos todo aquele imbróglio que aconteceu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Pedro nós fomos o comendador Arcanjo no Uruguai. Não é, Pedro? *(Pausa.)*

Arcanjo está preso também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ajudou lá também. Vamos lembrar aqui: ele, o Luiz Francisco, o Santoro, na época, o Pedro. Mas estou dizendo que com o Pedro eu tive outra ação que foi a do Arcanjo, que foi preso no Uruguai e que continua preso no Mato Grosso.

De maneira que eu agradeço a Deus por esse momento. Acho que o Brasil vai ganhar ao final desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy. Tem a palavra V. Exa.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de parabenizar o Presidente da nossa Comissão, da CCJ, e agora Presidente desta Comissão tão importante para o Brasil.

Senador Eunício, conto muito com o bom senso que V. Exa. tem demonstrado na condução da CCJ. Acho que esta Presidência é de enorme responsabilidade, e todos nós nos sentimos – pelo que já pude escutar dos discursos aqui feitos e também fora daqui – bastante confortáveis. Acreditamos que teremos uma condução não só de bom senso, de acordo com os prazos, com o máximo da rapidez, mas, ao mesmo tempo, com o máximo de tempo necessário para que façamos um bom trabalho.

Quero também parabenizar a escolha do Jorge Viana como Vice-Presidente,

Gostaria de colocar que uma comissão desse porte é uma comissão que vai mudar a vida dos brasileiros, e ela já vem muito atrasada, atrasada em décadas. Temos hoje, na sociedade, temas que não eram passíveis de análise: temas que não existiam na sociedade, alguns deles; outros eram tão tabus que não se permitia conversa sobre eles.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Então, quero parabenizar dois momentos. Primeiro o momento de o Senador Pedro Taques ter proposto ao Senador Sarney a criação da comissão, a escolha do Presidente da Comissão, que foi extremamente adequada, e dos membros da Comissão, que fizeram esse, não sei como estão chamando, projeto ou pré-projeto para nos auxiliar. Foram não só muito bem pensadas, adequadas, mas muito ligadas à contemporaneidade que vivemos.

Uma comissão desse tipo e um projeto desse tipo, uma mudança de um código penal não é feita para o dia que vivemos somente, não é feita somente para o que a sociedade pensa naquele momento, ela é feita para nós que vivemos hoje e para as gerações futuras. Essa atitude, essa sensibilidade, eu quero dizer que esta Comissão teve não só essa sensibilidade, mas a coragem de propor posições muito claras e determinadas nos temas mais difíceis de serem abordados pela sociedade, temas que nós, Parlamentares, muitas vezes, temos mais dificuldades em discutir, analisar ou até votar, porque são polêmicos mesmo. Esta Comissão tem que ser uma Comissão destemida, assim como foi a comissão que trabalhou para que pudéssemos fazer o nosso trabalho. É isso que espero.

E por isso queria já, sei que é uma prerrogativa do Presidente Eunício, propor como Relator uma pessoa que tenho bastante confiança na sua sensibilidade, no seu bom senso, na sua coragem, que é o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senador Valadares, que é o Presidente do Conselho de Ética desta Casa, tem a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inicialmente gostaria de felicitar V. Exa. por sua eleição para conduzir os trabalhos ao lado dos que estão aqui nesta Comissão para ajudá-lo a empreender este trabalho hercúleo, que será objeto em nossos estudos.

Nós temos certeza de que V. Exa. haverá de conduzir com proficiência, brilhantismo, inteligência, competência e rapidez, sem atropelar naturalmente a necessidade de aprofundarmos todos os assuntos, os trabalhos desta Comissão.

Por isso sabemos da importância que representa essa mudança do nosso Código Penal, que é um instrumento, sem dúvida alguma, de combate ao crime, de buscar o equilíbrio e a harmonia na nossa sociedade.

Desde a sua vigência até os tempos atuais, houve muitas mudanças. O Brasil evoluiu, ganhou estatura política, econômica, democrática, mergulhou em um regime de plenitude democrática, que nunca vimos em nossa história. As liberdades estão aí consolidadas não só por meio da nossa Constituição de 1988 como também da legislação infraconstitucional. A Internet, hoje, é um instrumento que demonstra que o Brasil evoluiu neste aspecto. Os nossos tribunais estão hoje se utilizando da Internet como forma de acelerar o acesso do cidadão à



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Justiça. Um *habeas corpus*, antigamente era impetrado por um advogado que usava a máquina Remington e uma papelada imensa. E essa papelada depois se transformava num arquivo. E o cartório ia juntando, e as traças iam comendo esses arquivos.

Enfim, tínhamos uma Justiça ultrapassada. Tínhamos uma Justiça envelhecida, mas ela se modernizou e, hoje, sem dúvida alguma, dá um contributo enorme à celeridade processual, mas esta está diretamente relacionada com a modernidade. E esta modernidade podemos conquistar nesta Comissão, dando continuidade ao trabalho à Comissão feita pelo Presidente José Sarney.

E agora, na nossa Comissão Especial, vamos nos debruçar sobre a modernização da nossa legislação penal.

Assim como já se referiu a Senadora Marta Suplicy, seria realmente uma homenagem a um companheiro nosso, que é um estudioso profundo da legislação penal do nosso País, professor também de Direito Constitucional, de Direito Penal, Senador Pedro Taques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

Acho que a indicação de S. Exa. para a relatoria seria, vamos dizer assim, melhorar mais ainda o nível da nossa participação nesta Comissão Especial.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SE) – Só pedindo uma carona...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SE) Agradeço também para dizer que concordo com V. Exa., porque, além de todas as qualidades de parlamentar do Senador Pedro Taques, ele, mais do que qualquer um de nós, tem experiência na operação do Direito, na aplicação do Direito e do Direito Penal. Portanto, seria uma excelente escolha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu também apoio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho certeza de que esta Comissão, Sr. Presidente, e V. Exa., que é um homem equilibrado, que trabalha dentro da harmonia, haverão de atender a esse pedido, que tenho certeza envolve o pensamento de todos aqueles que compõem esta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Tem o nosso apoio, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, tem a palavra V. Exa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria me congratular com esta Comissão pela eleição do Senador Eunício e do Senador Jorge Viana, que tenho certeza estão à altura desse desafio.

O Senador Eunício tem desempenhado na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, um relevante papel; tem conduzido com equilíbrio, com serenidade, com competência e, portanto, credenciou-se amplamente a poder exercer outras e destacadas funções nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – E o Senador Jorge Viana, que tem também credenciais de uma trajetória respeitável ao longo da sua vida pública, e que já no exercício do seu mandato no Senado, vem realizando trabalhos importantes, como, por exemplo, o do Código Florestal. Então, tenho a melhor expectativa em relação ao trabalho desta comissão.

Mas eu queria também me somar no sentido de reconhecer que temos, nesta Comissão, um Senador, como o Senador Pedro Taques, que tem todas as condições de desempenhar-se aqui, na condição de Relator, pela sua experiência, por ser um operador do Direito, por conhecer todos os meandros dessa questão e, mais, por ter também indiscutivelmente, do ponto de vista ético, o padrão de correção e de comportamento. Ele, portanto, tem todas as condições de muito bem se desempenhar nessa missão.

Portanto, quero também me somar aos companheiros que lembraram, de forma, a meu ver, muito própria, o nome do Senador Pedro Taques, para exercer a função de Relator geral nessa Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar esta reunião e começarmos a reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça, de que todos aqui são membros, eu queria, de público, fazer aqui o registro do que eu já esperava que pudesse acontecer nesta Comissão.

Tenho procurado aqui, como eu disse, apenas harmonizar os trabalhos. Tenho procurado apenas cumprir com o papel que nos foi delegado nesta Comissão. Sem ser jurista, sem ser do manejo do Direito, tenho aprendido muito com V. Exas, que, nesse período de convivência, têm me permitido essas informações e esse aprendizado a cada dia.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

É óbvio que, por escolha soberana dos senhores, eu me tornei Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Não me canso de agradecer que, durante todo esse período, nenhuma reunião nesta comissão deixou de acontecer por falta de quórum. Todos os senhores, Senadores e Senadoras, mesmo se dividindo entre uma CPI, uma Comissão de Infraestrutura ou uma comissão especial, entre um problema que tem de resolver num Ministério ou alguma coisa, sempre estiveram presentes nesta Comissão.

É apenas para dizer aos senhores que eu queria fazer uma surpresa, e não poderia ser diferente, Senador Aloysio Nunes. Eu obviamente quero apenas, como disse, compilar, organizar e harmonizar os trabalhos, e vou dividir essa tarefa com todos os senhores. Se me for permitido, e me é permitido pelo Regimento, a criação de sub-relatorias, eu não terei nenhuma dificuldade. Não quero aqui também criar várias sub-relatorias. Criamos, nesta Comissão, apenas uma sub-relatoria para o Senador Pedro Taques, que é o seu Presidente, para que ele pudesse compilar. E já pensando nessa matéria, eu designei o Senador Pedro Taques, que é muito mais brilhante do que eu – tive a honra de poder designá-lo –, para que ele fosse o Presidente da Subcomissão, única subcomissão criada por esta Comissão, na questão de compilar todas as matérias de âmbito penal existentes aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para estudar os seus projetos dentro do Congresso Nacional e aqui na Comissão.

Então, não poderia ser outra a minha escolha, diante de tantos membros preparados, competentes. Eu vejo, olhando para ali, o nosso ex-Ministro competente. V. Exa. não sabe o tamanho da admiração que tenho pela coragem e pela forma com que V. Exa. se conduz aqui nesta Casa, com firmeza. Muitas vezes sem a preocupação do resultado do que vai acontecer nas ruas, ou de que maneira as pessoas vão interpretar o voto ou a posição de V. Exa., muitas vezes corajosos até demais, do meu ponto de vista. Mas é assim mesmo. A gente deve fazer o enfrentamento daquilo que imaginamos que é o melhor para o Brasil e para aqueles que nos colocaram aqui.

Portanto, eu não poderia deixar, nesta manhã, antes de encerrar essa reunião, de fazer, até pela agilidade que quero dar a esta Comissão, a escolha do relator, sem consultar inclusive os partidos políticos, como é do meu estilo fazer algo mais democrático possível.

Confesso aos senhores que tenho muitas dúvidas em relação a todos os Srs. Senadores do ponto de vista de achar que se escolher um eu tenho certeza de que estou deixando de escolher outro que talvez tenha tanta ou mais competência do que aquele escolhido. Mas não é o caso. Portanto, eu convido o Senador Pedro Taques para ser o Relator desta Comissão e tomar assento à Mesa.
(Palmas.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, objetivamente V. Ex^a tem a palavra para obviamente se manifestar em relação a isso.

Em seguida, eu vou encerrar esta reunião e vou começar a reunião deliberativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está composta hoje por onze itens e precisamos deliberar na sequência.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas para agradecer a confiança e afirmar que eu assumo um compromisso de trabalhar.

Penso que esse projeto do Código Penal seja a legislação que marca uma legislatura. E este Código não poderá sair sem o empenho, o trabalho de todos aqui. Portanto, o relator do Código não representa outra coisa a não ser um instrumento, um veículo das demandas de todos os Senadores que aqui se encontram e do cidadão brasileiro.

Eu agradeço a confiança e renovo meu compromisso de trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, antes de encerrar esta reunião e começar a outra, eu queria combinar com V. Exa., porque V. Exa. já fez esse estudo a nosso pedido e agora da Mesa. A Presidência tem a honra... o Senador Eunício Oliveira tem a honra de convidá-lo formalmente – e agora já empossado como Relator – para amanhã, ou na tarde de hoje, ou na noite de hoje podermos, mesmo se não for possível por talvez a ausência de muitos dos Srs. Senadores, já fazer uma reunião, mesmo que seja informal, entre a Presidência, a Relatoria e alguns membros que queiram participar, para que comecemos a fazer o cronograma, um plano de trabalho; e para que a sociedade brasileira veja o que queremos e pretendemos fazer – se Deus quiser – nesse Código, que precisa ser entregue a toda a sociedade brasileira.

Eu espero que Deus nos ilumine, como iluminou Ulysses Guimarães quando promulgou a Constituição Cidadã, Senadora Marta Suplicy, que deu a amplitude do direito aos menos favorecidos, às classes discriminadas e às mulheres brasileiras.

Senador Pimentel, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, eu proponho, se o senhor concordar e os membros da Comissão, que nós suspendêssemos essa reunião de hoje, deste tema, e que ela retomasse amanhã, às 10h, com a pauta exclusiva, que é o plano de trabalho, porque evitaria qualquer discussão regimental e agilizaríamos os trabalhos, conforme V. Ex^a está propondo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem nenhuma objeção. Amanhã, se V. Ex^{as} concordarem, amanhã nós faremos uma reunião deliberativa já em relação a este tema, para que o Senador Pedro Taques apresente o plano de trabalho, se todos estiverem aqui amanhã. Se quiserem fazer também hoje... Como amanhã já... Senador Pimentel, como amanhã já é um dia... O Senador Pedro Taques já tem compilado...

Senador Pedro Taques, eu quero deixar bem claro o seguinte...

Senador Armando, Senador Aloysio, quando ainda no Conselho de Ética, eu pedi ao Senador Pedro Taques, sabendo que a matéria viria não essa, mas outra matéria viria à Comissão de Constituição e Justiça, eu pedi ao Senador Pedro Taques que, mesmo não fazendo parte do Conselho de Ética, acompanhasse toda a matéria, porque eu já imaginava, na minha cabeça, que, chegando aqui, eu queria indicá-lo como relator. Nesse mesmo trabalho, quando vi o Senado Pedro Taques fazendo reuniões, e eu participei de algumas delas, em relação a esta questão do Código Penal, não foi à toa que eu o designei Vice-Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça para que ele pudesse já compilar todos os dados.

Então, o Senador Pedro Taques participou desta discussão, participou da discussão com os juristas que foram, da comissão fora do Congresso que foi elaborada, até porque foi uma proposta dele... Então, eu acho que o Senador Pedro Taques já tem um plano de trabalho na cabeça, nós já discutimos isso antes, já discutimos isso antes. E eu proporia isso... Para que amanhã pela manhã, as pessoas tivessem a liberdade de viajar. Há muita gente com compromisso nos Estados, e candidatura. Tem gente que é candidato, inclusive Senadores que são candidatos que estão nesta Comissão. Senador Aloysio, já antecipando o prazo, se for possível, nós poderíamos fazer essa reunião deliberativa

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Logo depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Logo depois da Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para não deixar para noite, porque o Senado começa a virar casa noturna...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É. Para o Senado não virar casa noturna. Então, vamos fazer o seguinte: vamos marcar para 19h, porque acredito que às 19h a Ordem do Dia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Ordem do Dia estará encerrada seguramente, Presidente. Hoje a matéria será pacífica, será um projeto tão bem relatado por V. Ex^a a respeito da execução penal...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da execução penal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, eu acredito que nós podíamos fazer às 18h.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, fica marcado, fica convocado, Senador Pedro Taques, Senador Jorge Viana, senhores membros desta Comissão, para que, às 18h de hoje, o Senador Pedro Taques saia daqui, daqui a pouquinho da Comissão de Constituição e Justiça, porque ele vai participar, e vai fazer o seu plano de trabalho, porque nós estaremos à disposição às 18h, já convocando reunião desta Comissão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permite, esse plano de trabalho já está pronto desde o primeiro ano de faculdade. Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não conhecia V. Ex^a. A minha filha é que foi sua aluna. As informações do Senador Pedro Taques me chegaram antes de ele chegar ao Congresso Nacional pela voz da minha filha mais velha, Manoela, que deve estar me assistindo neste momento, lá em São Paulo, que foi sua aluna e sempre o indicou como um brilhante professor.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião. E vamos dar sequência, já que vários são os membros desta Comissão, à pauta da comissão em seguida.

Vou encerrar. Está encerrada.

Em um minuto vou abrir a reunião deliberativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 5 minutos.)

Senador Eunício de Oliveira
Presidente